



REDACTOR



Fundado em 10 Fevereiro de 1997
Ano XXVII • Nº6826 • Segunda-feira 27/05/2024
Editor: **Refinaldo Chilengue**
redacao@redactormz.com / editor@redactormz.com
www.redactormz.com facebook.com/redactormz

Escolhe o pacote certo para ti e junta-te à Família DStv!

Adquire já o descodificador HD Single ao preço de: **1.499MT**

Escolhe o teu pacote por apenas:

DStv +20 Basic 450 MT	DStv +40 Basic 750 MT	DStv +55 Family 1.190 MT	DStv +80 Standard 1.990 MT	DStv +80 Standard 3.000 MT	DStv +115 Premium 4.600 MT	DStv +135 Premium 6.000 MT	DStv +195 Premium 8.800 MT
-----------------------------	-----------------------------	--------------------------------	----------------------------------	----------------------------------	----------------------------------	----------------------------------	----------------------------------

Mitara disponível ao preço recomendado de 1000 MT. Garantia e sua instalação através de um instalador certificado. 16.0 aplicativos.

WhatsApp: 33 378 9000 | 21 411 222 - 93788 | USSD *788#

NOME DO PARTIDO LIDERADO POR MONDLANE CONHECIDO EM JUNHO

NEGÓCIOS

Contrabando de madeira financia terrorismo

PÁG 3

SOCIEDADE

Moçambique agradece apoio na "estabilização da segurança" em Cabo Delgado

PÁG 4

O nome e as insígnias oficiais do partido em organização por **Venâncio António Bila Mondlane**, actualmente de candeias às avessas com a Renamo, será conhecido na primeira quinzena...

PÁG 2



ECONOMIA

Fundo de Resiliência disponível para microfinanceiras

PÁG 5

SUBSCREVA

JORNAL **REDACTOR**

correiodamanha@tcabo.co.mz

CONTACTOS
+250848407007
+250843085360
+250841404040

NOME DO PARTIDO LIDERADO POR MONDLANE CONHECIDO EM JUNHO

UMA VEZ ABORTADA A SUA INTENÇÃO PELA CÚPULA DA RENAMO E DEPOIS DOS SUBSEQUENTES EPISÓDIOS NAS VÉSPERAS, DURANTE E APÓS O VII CONGRESSO DO SEGUNDO MAIOR PARTIDO DE MOÇAMBIQUE, REALIZADO EM ALTO MOLÓCUE (REDACTOR N.º 6817, PÁGS. 1, 2 E 3), MAIS NÃO RESTOU A VENÂNCIO MONDLANE SENÃO APROVEITAR ESTA ESTRUTURA [FUTURENA] PARA MONTAR A NOVA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA MOÇAMBICANA



O nome e as insígnias oficiais do partido em organização por **Venâncio António Bila Mondlane**, actualmente de candeias às avessas com a Renamo, será conhecido na primeira quinzena de Junho próximo, de acordo com o próprio mentor do projecto. Em declarações ao jornal **Redactor**, Venâncio Mondlane esclareceu que o esforço está a ser posto em marcha por um núcleo denominado **FUTURENA** – Futuro da Renamo –, que estava encarregue de preparar a sua candidatura à liderança ao partido Resistência Nacional Moçambicana (Renamo).

Abortada a sua intenção pela cúpula da Renamo e depois dos subsequentes episódios nas vésperas, durante e após o VII Congresso do segundo maior partido de Moçambique, realizado em Alto Molócuè (*Redactor* N.º 6817, págs. 1, 2 e 3), mais não restou a Venâncio Mondlane senão aproveitar esta estrutura

[FUTURENA] para montar a nova organização política moçambicana.

Ao que o *Redactor* apurou, a nova organização deverá ser formalmente apresentada em Nacala-Porto, onde pela primeira vez Venâncio Mondlane manifestou, publicamente, a sua intenção

NO SÁBADO PASSADO (25 DE MAIO), A CIDADE DE NACALA-PORTO FOI PALCO DA PRIMEIRA ACÇÃO PÚBLICA DE MASSAS DE SEGUIDORES E SIMPATIZANTES DA NOVA INICIATIVA POLÍTICA DE VENÂNCIO MONDLANE, EVENTO QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DE ALGUMAS CÉNTENAS DE PESSOAS

de concorrer à liderança da Renamo.

Nacala-Porto está localizado na província de Nampula, terra natal do actual líder da Renamo, **Ossufo Momade**.

No sábado passado (25 de Maio), a cidade de Nacala-Porto foi palco da primeira acção pública de massas de seguidores e simpatizantes da nova iniciativa política de Venâncio Mondlane, evento que contou com a participação de algumas centenas de pessoas.

O acto foi dirigido por **Raúl Novinte**, que até ao início deste ano era autarca de Nacala-Porto, eleito sob a bandeira da Renamo e actualmente apoiante assumido das iniciativas políticas de Venâncio Mondlane.

Na ocasião, Novinte apresentou-se como sendo coordenador nacional adjunto da iniciativa que deverá suportar a candidatura de Venâncio Mondlane a candidato à Presidência da República

de Moçambique no âmbito das eleições gerais marcadas para 9 de Outubro deste 2024.

Na semana passada, **Arnaldo Chalaua**, destacado membro da Renamo, concedeu uma conferência de imprensa em Maputo para anunciar que o seu partido não vai tolerar o uso do nome, instalações e insígnias da organização presidida por Ossufo Momade por outras entidades nas suas campanhas políticas em Moçambique.

Mesmo sem nomear, ficou claro que as advertências de Chalaua tinham como destinatário Venâncio Mondlane e seus apoiantes e simpatizantes.

Pelo menos já se sabe que o partido governamental desde a independência de Moçambique, Frelimo, terá **Daniel Francisco Tchapo** como seu candidato, a Renamo Ossufo Momade e o terceiro maior partido até agora, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), o seu líder, **Lutero Chimbirombiro Simango**.

No entanto, nenhum destes candidatos já formalizou essa intenção junto do Conselho Constitucional.

Até hoje apenas dois indivíduos em representação de dois minúsculos partidos extraparlamentares formalizaram junto do CC as suas pretensões de concorrer à Presidência da República de Moçambique.

CONTRABANDO DE MADEIRA FINANCIA TERRORISMO



Milhões de toneladas de madeira continuam a ser exportados ilegalmente de Moçambique para a China e os grupos insurgentes activos no Norte do país estão a beneficiar financeiramente, revelou a organização norte-americana *Agência de Investigação Ambiental*. Apesar das restrições do Governo moçambicano à exportação de madeira, a *Environmental Investigation Agency (EIA)* estima que, en-

tre 2017 e 2023, foram enviados para a China cerca de 3,7 milhões de toneladas de toros, com um valor calculado de 1,3 mil milhões de dólares norte-americanos.

A organização, com escritórios em Londres e Nova Iorque, está a monitorar o sector madeireiro em Moçambique há vários anos, tendo-se centrado em Cabo Delgado mais recentemente, e acredita existir uma relação entre este comércio ilegal de madeira e os grupos de insurgentes islamistas.

Um relatório publicado este mês cita uma fonte bem colocada que estima que "30% da madeira explorada em Cabo Delgado correm um risco elevado de serem provenientes de florestas ocupadas pelos insurgentes".

A madeira terá sido cortada nos distritos de Montepuez, Muidumbe, Meluco, Quisanga, Mueda, até na província vizinha de Nampula, e depois transportada para as serrações de Montepuez, por vezes de mota ou dissimulada nos porões de autocarros.

Com base em mais de 30 fontes locais, com profissionais do sector, sociedade civil e funcionários públicos, a EIA descreve como o movimento da madeira é facilitado graças a subornos pagos à polícia, soldados, representantes governamentais

e inspectores alfandegários. O relatório refere que "indivíduos do partido Frelimo beneficiam do comércio de madeira ilegal e do caos e insegurança causados pela insurreição".

A madeira é depois comprada por empresários chineses, que enviam os toros em contentores para o país asiático através de transportadoras marítimas internacionais.

Os toros de pau-preto, em particular, uma espécie nativa protegida, podem ser comprados por poucos dólares norte-americanos, mas servem depois para fazer peças de mobiliário que custam milhares de dólares norte-americanos.

Os empresários compram madeira de diferentes origens, algumas delas ilegais, incluindo de florestas ocupadas por insurgentes, afirmou a responsável pelo estudo, **Alexandra Bloom**.

"Por vezes é madeira que os insurgentes cortaram eles próprios, e eles beneficiam do dinheiro que ganham com a venda desta madeira. Uma fonte disse que eles estavam escondidos na floresta e que estavam a ficar com pouco dinheiro, por isso passaram a vender madeira", explicou.

Este negócio acaba por gerar financiamento para o grupo terrorista *Ahlu Sunnah Wal Jamaah (ASWJ)*, o principal da região, também conhecido internacionalmente como *ISIS-Moçambique* e localmente designado por *Al-Shebab*.

Bloom, que é analista especializada em comércio na EIA, acredita que Maputo esteja a fazer esforços para combater os insurgentes e este tipo de actividades ilícitas.

No entanto, acrescentou, "muitas pessoas estão a receber subornos ao longo do

processo da cadeia de abastecimento de madeira ilegal, por isso, têm um certo incentivo para permitir que continue".

Desde 2002 que existem restrições à exportação de madeira em toro, as quais foram reforçadas em 2017 para proibir a saída de espécies nativas do país. Em 2023, a proibição foi alargada a todas as espécies.

Além de instar o Governo moçambicano a afectar mais recursos à administração florestal e à transparência na indústria do comércio de madeira, a organização quer que companhias de navegação internacionais deixem de transportar madeira ilegal de Moçambique e pede maior intervenção de Pequim.

"Isto é exacerbado, em certa medida, pela enorme quantidade de dinheiro e pela procura destes produtos na China e facilitada pelas companhias de navegação. O Governo chinês poderia fazer muito mais para interditar a importação de madeira ilegal", defendeu Bloom, referindo bons resultados no passado no combate ao tráfico de marfim.

O contrabando de madeira evidencia também a crescente desflorestação em Moçambique, que desde os anos 1980 perdeu quase metade da área florestal, expondo o país às alterações climáticas e a fenómenos meteorológicos extremos como furacões e tufões.

"O objectivo da proibição da exportação de toros é manter os recursos naturais e, se os quiserem processar, deve ser feito localmente e captar esse valor e criar oportunidades económicas a nível interno e mais empregos para as pessoas de Moçambique e de Cabo Delgado", vincou.

REDACTOR

POR VEZES É MADEIRA QUE OS INSURGENTES CORTARAM ELES PRÓPRIOS, E ELES BENEFICIAM DO DINHEIRO QUE GANHAM COM A VENDA DESTA MADEIRA. UMA FONTE DISSE QUE ELES ESTAVAM ESCONDIDOS NA FLORESTA E QUE ESTAVAM A FICAR COM POUCO DINHEIRO, POR ISSO PASSARAM A VENDER MADEIRA - ALEXANDRA BLOOM, RESPONSÁVEL PELO ESTUDO

MOÇAMBIQUE AGRADECE APOIO NA “ESTABILIZAÇÃO DA SEGURANÇA” EM CABO DELGADO

O ministro do Interior de Moçambique, **Pascoal Pedro João Ronda**, expressou gratidão pelo apoio dos parceiros de cooperação para a “**estabilização da segurança e normalização da vida em Cabo Delgado**”, indo mesmo ao extremo de se referir a “**resultados tangíveis**” no combate à insurgência.

“**Os esforços conjuntos no combate ao terrorismo em Moçambique têm produzido resultados tangíveis**”, disse Pascoal Ronda, citado pela *Rádio Moçambique*, durante a celebração do 20.º aniversário do Conselho de Paz e Segurança da União Africana, na Tanzânia.

O ministro do Interior, que interveio em representação do Presidente moçambicano, agradeceu o apoio e reconheceu os esforços da União Africana, do Ruanda e da missão militar dos países da África Austral no combate à insurgência no Norte de Moçambique.

“**A República de Moçambique gostaria de reconhecer e agradecer os esforços empreendidos pela União Africana, conjuntamente com a SADC [Comunidade de Desenvolvimento da África Austral], o Ruanda e outros parceiros de cooperação para a estabilização da situação de segurança e normalização da vida no norte da província de Cabo Delgado, decorrentes das acções terroristas**”, disse o governante moçambicano.

Cabo Delgado enfrenta desde Outubro de 2017 uma rebelião armada com ataques reclamados por movimentos associados ao grupo extremista Estado Islâmico, combatida

desde 2021 com o apoio dos militares do Ruanda e dos países da África Austral, esta última em processo de retirada do terreno desde Abril, a concluir até Julho próximo.

Para o ministro do Interior de Moçambique, a saída dos militares da SADC da província de Cabo Delgado acresce a responsabilidade das Forças de Defesa e Segurança moçambicanas no combate ao terrorismo.

“**A cooperação e coordenação continuarão a ser o factor-chave para o sucesso desta empreitada, pois, sendo o terrorismo um fenómeno global, o seu combate requer o envolvimento de todos nesse esforço colectivo**”, acrescentou.

Na sexta-feira, o Presidente de Moçambique, Filipe Nyusi, disse que o extremismo violento representa uma “**ameaça existencial**” ao Estado moçambicano, referindo, entretanto, que os insurgentes já não têm nenhuma base em Cabo Delgado.

“**Hoje nenhuma sede de distrito está ocupada pelos terroristas. Eles já não têm uma base fixa e vários dos seus comandantes e cabecilhas sonantes foram postos fora de combate**”, referiu o Chefe de Estado.

O Ministério da Defesa Nacional confirmou no passado dia 10 um “**ataque terrorista**”, durante a madrugada, à vila de Macomia, um dos maiores dos últimos meses no norte de Moçambique, garantindo que um dos líderes do grupo foi ferido pelas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) e outro morto.

O ataque a Macomia provocou, de 10 a 14 de Maio, qua-

se 1500 deslocados, segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), além de relatos da população sobre saque e pilhagem de lojas.

Na quinta-feira da semana passada, populares de Macomia relataram à Lusa intensos tiroteios e medo nas matas do posto administrativo de Mucojo, a 40 quilómetros da sede daquele distrito.

A situação afecta sobretudo os camponeses das zonas de produção de Nambine e Namigure, a pouco mais de 10 quilómetros de Mucojo, que desde a invasão por cerca de uma centena de insurgentes à vila-sede de Macomia têm acompanhado diariamente tiroteios naquelas matas.

REDACTOR

FRASE

É preferível ser irresponsável e estar com a verdade do que ser responsável e no erro
- **Winston Churchill**, estadista

A ESSÊNCIA DA VIDA
MADE BY MONTES LIBOMBOS

PREVISÃO DE TEMPO

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	FONTE CANAL DO TEMPO
27 Maio	28 Maio	29 Maio	30 Maio	31 Maio	
26° 16°	26° 16°	27° 16°	27° 17°	30° 17°	

FUNDO DE RESILIÊNCIA DISPONÍVEL PARA MICROFINANCEIRAS



Os membros da Associação Moçambicana de Operadores de Microfinanças (AMOMIF) passam a dispor de uma linha de crédito para financiarem micronegócios e reforçarem as suas actividades.

A disponibilização desta facilidade resulta de um acordo de cooperação entre esta associação e a Gapi, firmado, recentemente, em Maputo.

Esta linha de crédito – *Microfin-Resiliente* – é mais uma janela de financiamento aberta pela Gapi com o apoio do Fundo de Resiliência, financiado pela USAID.

No acto de assinatura deste acordo, Nância Macaringue, coordenadora do Fundo de Resiliência, sublinhou a importância de se “assegurar que os recursos disponibilizados pelo povo americano através da USAID e pelos acionistas da Gapi sejam bem geridos. E ser bem geridos significa principalmente duas coisas: (i) cumprir com as normas acordadas e haver transparência na prestação de contas; e (ii) ter impacto positivo na vida das famílias das zonas do país a que estes recursos se desti-

nam através da recuperação e relançamento de micro e pequenas empresas que geram empregos e melhoram os rendimentos das famílias nessas zonas”.

O acordo de cooperação estabelecido entre a Gapi e a AMOMIF define esta linha de crédito como um projecto-piloto do qual se pretende colher ensinamentos para a constituição de um instrumento de financiamento mais abrangente e que permita a consolidação e expansão da rede microfinanceira a nível de todo o país.

“Os ciclones, epidemias, cheias, secas e muitos outros fenómenos da natureza ou causados pelo ser humano têm como primeiras vítimas os que são mais frágeis. E sabemos que os mais frágeis são as micro e pequenas empresas, assim como as famílias cuja subsistência depende desses micronegócios. E, além disso, sabemos também que os menos protegidos são as mulheres que, muitas vezes, constituem o único suporte da subsistência diária das famílias com crianças”, disse ainda Macaringue.

Por isso, “este é um projecto-piloto que oferece novos caminhos para que outras instituições genuinamente preocupadas com um desenvolvimento sustentável e inclusivo em Moçambique encontrem neste exemplo uma oportunidade para valorizarem o potencial impacto dos recursos à sua disposição” – concluiu a coordenadora do Fundo de Resiliência.

Maria Isabel Lubrino, vice-presidente da AMOMIF e co-signatária do memorando, considerou que “este vai permitir uma maior visibilidade da AMOMIF, vai ser benéfico aos membros, dado que servirá para reforçar as suas necessidades de tesouraria”.

“Outro aspecto positivo é que os nossos membros vão melhorar também a sua gestão, porque a Gapi irá fazer um ‘due diligence’, que vai ajudar os membros a melhorarem os seus relatórios de gestão, prestação de contas para aqueles que não tenham contas organizadas, e por via disso vai melhorar também a monitoria aos micro-projectos que serão beneficiados. Por fim, dizer que este é mais um contributo que fazemos no esforço colectivo de se melhorar a inclusão financeira”, acrescentou a vice-presidente da AMOMIF.

Lubrino referiu-se também ao processo de reestruturação da AMOMIF, que tem contado com a assistência financeira do FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola), através do Projecto de Financiamento de Empreendimentos Rurais (REFP).

Para Anabela Mucavele, directora da Comissão Executiva da Gapi, “este acordo reflecte o cumprimento da nossa missão, que é de

contribuir para uma maior inclusão financeira. Acreditamos que vamos conhecer melhor as possibilidades dos actores no sector de microfinanças porque vamos trabalhar, prestando assistência técnica e conhecendo melhor as necessidades das instituições para que, conosco e em parceria, contribuamos para melhorar a inclusão financeira”.

Mucavele diz que esta cooperação e assistência vão ser também uma maneira de ajudar as instituições a se conformarem com os normativos regulamentares, porque, para poderem ter acesso a recursos que o sistema financeiro providencia, elas devem estar minimamente organizadas, terem o sistema de *report* em dia, e terem aquilo que são os regulamentos emanados pelo regulador.

O Fundo de Resiliência foi lançado em Março de 2023, na cidade da Beira, em respeito à zona do país mais afectada por ciclones, em particular o Idai. A USAID contribuiu com quatro milhões de dólares norte-americanos e a Gapi contribuiu com meio milhão. Até finais de Abril e através da rede da Gapi foram concedidos 544 financiamentos num montante total de cerca de USD 1,8 milhão.

“Foi um primeiro ano ao longo do qual testámos produtos e procedimentos e organizámos melhor a nossa rede. Agora estamos preparados para nos próximos 12 meses duplicar o montante de crédito e triplicar o número de operações. Estamos também comprometidos em assegurar que pelo menos cerca de 30% dos beneficiários sejam mulheres” – revelou um técnico da Gapi na área de monitoria do projecto.

REDACTOR

ÁFRICA DO SUL VAI A ELEIÇÕES CRUCIAIS

Pela primeira vez em trinta anos, a África do Sul vai esta quarta-feira a eleições com uma população maioritariamente jovem, sem memória do *apartheid*, da luta de Mandela pela liberdade ou da ascensão ao poder do seu antigo movimento nacionalista, hoje em declínio.

“Três décadas após o fim do *apartheid*, o Congresso Nacional Africano (ANC) tenta sobreviver à sua liquidação política”, consideraram os analistas **Adriaan Basson** e **Qaanitah Hunter**, a propósito das eleições da próxima quarta-feira.

Na óptica do académico **Dominic Maphaka**, da Universidade de Noroeste, “a

maioria dos jovens, que no passado mostraram uma apatia política para votar, e sendo o grupo demográfico que determinará o resultado destas eleições, irá votar no afastamento do ANC do poder”.

Em 1994, o antigo movimento nacionalista de libertação, de orientação marxista-leninista, liderado por Mandela, o Nelson Rolilhalha, foi eleito com 62,65% dos votos, formando um Governo de unidade nacional, segundo a Constituição interina à época, contando ainda com uma **“Aliança Tripartida”** formada desde 1990, após a libertação de Mandela, com o Partido Comunista da África do Sul (SACP) e a Confederação Sindical da África do Sul (COSATU).

Nos primeiros anos de democracia sob o Governo de Unidade Nacional (1994-1999), chefiado por Mandela, e depois com a administração do seu sucessor **Thabo Mbeki** (1999-2008), a África do Sul registou avanços económicos e sociais.

Todavia, o ANC entrou em declínio em 2014, atingindo um mínimo de 57,5% em 2019.

Segundo Basson e Hunter, numa obra publicada sobre a transição democrática, o desempenho do ANC em três décadas de democracia é idêntico ao de outros movimentos de libertação na região Austral, que, após décadas no poder, não conseguiram fazer a transição para **“partidos governantes funcionais”**, destacando a Zâmbia, onde o primeiro chefe de Estado, **Kenneth Kaunda**, foi afastado após 27 anos no poder

NA ÁFRICA DO SUL, AS SONDAgens TÊM MOSTRADO CONSISTENTEMENTE QUE O ANC NÃO OBTERÁ MAIS DE 50% DOS VOTOS NECESSÁRIOS PARA FORMAR UM GOVERNO DE MAIORIA APÓS AS ELEIÇÕES NACIONAIS E PROVINCIAIS DE QUARTA-FEIRA

pelo líder sindical **Frederick Chiluba**, em 1991, e ainda o vizinho Zimbabué, onde **Robert Mugabe** foi deposto em 2017 por um golpe de Estado do seu partido, após uma ditadura de 37 anos no poder. Na África do Sul, as sondagens têm mostrado consistentemente que o ANC não obterá mais de 50% dos votos necessários para formar um Governo de maioria após as eleições nacionais e provinciais de quarta-feira.

O ANC detém actualmente 230 dos 400 assentos parlamentares (57,50%), enquanto o Aliança Democrática (DA), principal partido na oposição, e os Combatentes da Liberdade Económica (EFF), de esquerda radical, têm 84 e 44 lugares, respectivamente.

O voto de **“desilusão”** para com o ANC, especialmente entre os jovens dos 15-34 anos, que enfrentam uma taxa de desemprego na ordem dos 45,5%, é apontado como factor **“decisivo”** para o futuro do país após 29 de Maio.

A população sul-africana aumentou de 51,7 milhões de pessoas em 2011 para 62 milhões em 2022, segundo o censo populacional realizado nesse ano.

No campo económico, dados oficiais indicam que a África do Sul, que registou um

crescimento do PIB de 1,9%, em 2022, confronta-se com uma taxa de desemprego de 32,9% desde o primeiro trimestre de 2024, um dos principais temas eleitorais, a par da violência de género e da expropriação sem compensação da propriedade privada. Actualmente, cerca de 28 milhões de pessoas recebem subsídios sociais do Governo, e a sociedade sul-africana enfrenta também níveis de corrupção pública endémica, elevada pobreza, violência e a degradação das principais infra-estruturas e serviços públicos.

“Na realidade, estas eleições de 2024 são um referendo sobre o futuro do país”, considerou **Adriaan Basson**, sublinhando que, após o **“milagre”** de 1994, os Governos de coligação **“não são um novo fenómeno”** na África do Sul.

Em 1994, um acordo de coligação entre o ANC, o Partido Nacional (NP) e o Partido Livre Inkatha (IFP) possibilitou uma trégua de paz entre os três beligerantes, que culminou na criação de um Governo de Unidade Nacional até à adopção de uma nova Constituição, em 1996, mantendo-se até 1999.

Todavia, à excepção da província do Cabo Ocidental, onde uma coligação de partidos da oposição do Aliança Democrática (DA) destronou o ANC, em 1999 e em 2006, na Cidade do Cabo, a experiência da África do Sul com governos de coligação a nível do poder local tem sido **“caótica”** desde 2016, resultando na deterioração de serviços públicos, segundo vários analistas locais.

As eleições gerais na África do Sul, anunciadas para 29 de Maio, vão ser contestadas por 52 partidos políticos a nível nacional, segundo a Comissão Eleitoral.

REDACTOR/AGÊNCIAS

A REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE GOSTARIA DE RECONHECER E AGRADECER OS ESFORÇOS EMPREENHIDOS PELA UNIÃO AFRICANA, CONJUNTAMENTE COM A SADC [COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL], O RUANDA E OUTROS PARCEIROS DE COOPERAÇÃO PARA A ESTABILIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE SEGURANÇA E NORMALIZAÇÃO DA VIDA NO NORTE DA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO, DECORRENTES DAS ACÇÕES TERRORISTAS